

# ***EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.***

*Demonstrações Financeiras Individuais e  
Consolidadas Referentes ao Exercício  
Findo em 31 de Dezembro de 2011 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.  
São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

### **Outros assuntos**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, e consideradas informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura  
Contador  
CRC nº 1 SP 179631/O-2

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010  
(Em milhares de reais - R\$)

| ATIVO  | Nota explicativa | Controladora (BR GAAP) |                  | Consolidado (IFRS e BR GAAP) |                  | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO  | Nota explicativa | Controladora (BR GAAP) |                  | Consolidado (IFRS e BR GAAP) |                  |
|--|------------------|------------------------|------------------|------------------------------|------------------|---|------------------|------------------------|------------------|------------------------------|------------------|
|  |                  | 31/12/2011             | 31/12/2010       | 31/12/2011                   | 31/12/2010       |   |                  | 31/12/2011             | 31/12/2010       | 31/12/2011                   | 31/12/2010       |
| <b>CIRCULANTE</b>                                    |                  |                        |                  |                              |                  | <b>CIRCULANTE</b>   |                  |                        |                  |                              |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa                        | 5                | 268.131                | 183.812          | 431.943                      | 252.866          | Fornecedores  |                  | 3.200                  | 1.724            | 32.184                       | 24.164           |
| Títulos e valores mobiliários - vinculados           | 6                | -                      | -                | 30.106                       | 29.800           | Empréstimos e financiamentos  | 16               | -                      | -                | 146.406                      | 414.963          |
| Clientes   | 7                | -                      | -                | 66.325                       | 54.439           | Arrendamento mercantil financeiro   | 17               | -                      | -                | 900                          | 855              |
| Tributos a recuperar                                 | 8                | 9.663                  | 7.552            | 10.374                       | 7.891            | Debêntures  | 18               | 191.589                | 197.356          | 366.008                      | 316.640          |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber | 9                | 203.327                | 791              | -                            | 791              | Impostos, taxas e contribuições a recolher                                  | 15               | 824                    | 2.685            | 14.196                       | 14.266           |
| Despesas antecipadas                                 |                  | -                      | -                | 4.062                        | 3.695            | Obrigações sociais e trabalhistas   | 20               | 5.776                  | 4.510            | 14.243                       | 12.314           |
| Outros créditos                                      |                  | 193                    | 85               | 24.367                       | 3.240            | Partes relacionadas - fornecedores  | 19               | -                      | -                | 1.790                        | 121              |
| Total do ativo circulante                            |                  | 481.314                | 192.240          | 567.177                      | 352.722          | Credor pela concessão   | 21               | -                      | -                | 17.082                       | 15.205           |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Provisão para imposto de renda e contribuição social                        |                  | -                      | -                | 16.846                       | 14.326           |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                                |                  |                        |                  |                              |                  | Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar                          | 25.d)            | 132.638                | 50.120           | 132.638                      | 50.120           |
| Títulos e valores mobiliários - vinculados           | 6                | -                      | -                | 37.201                       | -                | Provisão para manutenção  | 22               | -                      | -                | 24.854                       | 12.838           |
| Tributos diferidos                                   | 14.a)            | -                      | 1.742            | 20.329                       | 28.427           | Provisão para construção de obras futuras                                   | 23               | -                      | -                | 12.527                       | 10.143           |
| Partes relacionadas - mútuo e clientes               | 19               | 214.926                | 217.898          | 68.910                       | 105.381          | Programa de Recuperação Fiscal - REFIS                                      |                  | -                      | -                | 273                          | 281              |
| Despesas antecipadas                                 |                  | -                      | -                | -                            | 938              | Outras contas a pagar   |                  | 1.885                  | 778              | 21.249                       | 23.377           |
| Depósitos judiciais                                  | 10               | -                      | -                | 6.640                        | 4.072            | Total do passivo circulante   |                  | 335.912                | 257.173          | 801.196                      | 909.613          |
| Investimentos  | 11               | 718.064                | 829.524          | -                            | -                |   |                  |                        |                  |                              |                  |
| Imobilizado  | 12               | 12.953                 | 2.444            | 89.285                       | 72.661           | <b>NÃO CIRCULANTE</b>   |                  |                        |                  |                              |                  |
| Intangível   | 13               | 14.542                 | 13.745           | 1.974.603                    | 1.879.984        | Empréstimos e financiamentos  | 16               | -                      | -                | 112.481                      | 40.610           |
| Total do ativo não circulante                        |                  | 960.485                | 1.065.353        | 2.196.968                    | 2.091.463        | Debêntures  | 18               | 248.539                | 420.902          | 822.306                      | 743.113          |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Arrendamento mercantil financeiro   | 17               | -                      | -                | 190                          | 1.060            |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Programa de Recuperação Fiscal - REFIS                                      |                  | -                      | -                | 662                          | -                |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Credor pela concessão   | 21               | -                      | -                | 55.099                       | 59.432           |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Tributos diferidos  | 14.a)            | -                      | -                | 21.354                       | 14.519           |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Partes relacionadas - fornecedores  | 19               | 7                      | 7                | -                            | -                |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Provisão para manutenção  | 22               | -                      | -                | 58.563                       | 54.172           |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Provisão para construção de obras futuras                                   | 23               | -                      | -                | 1.929                        | 6.886            |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis                     | 24               | -                      | -                | 26.710                       | 23.955           |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Outras contas a pagar   |                  | -                      | -                | 3.272                        | 4.650            |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Total do passivo não circulante   |                  | 248.546                | 420.909          | 1.102.566                    | 948.397          |
|  |                  |                        |                  |                              |                  |   |                  |                        |                  |                              |                  |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>   |                  |                        |                  |                              |                  |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Capital social  | 25.a)            | 391.283                | 391.283          | 391.283                      | 391.283          |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Reserva de lucros - legal   | 25.c)            | 34.892                 | 16.440           | 34.892                       | 16.440           |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos                         | 25.d)            | 431.055                | 171.788          | 431.055                      | 171.788          |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Reserva de capital - plano de opção com base em ações                       | 25.f)            | 111                    | -                | 111                          | -                |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Atribuído à participação dos acionistas controladores                       |                  | 857.341                | 579.511          | 857.341                      | 579.511          |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas | 25.e)            | -                      | -                | 3.042                        | 6.664            |
|  |                  |                        |                  |                              |                  | Total do patrimônio líquido   |                  | 857.341                | 579.511          | 860.383                      | 586.175          |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                                |                  | <b>1.441.799</b>       | <b>1.257.593</b> | <b>2.764.145</b>             | <b>2.444.185</b> | <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                |                  | <b>1.441.799</b>       | <b>1.257.593</b> | <b>2.764.145</b>             | <b>2.444.185</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

|   | Nota<br>explicativa | Controladora<br>(BR GAAP) |                 | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                  |
|---|---------------------|---------------------------|-----------------|---------------------------------|------------------|
|   |                     | 31/12/2011                | 31/12/2010      | 31/12/2011                      | 31/12/2010       |
| RECEITA LÍQUIDA   | 27                  | 103.782                   | 92.338          | 1.372.706                       | 1.354.487        |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS  | 28                  | (52.504)                  | (65.949)        | (592.648)                       | (581.708)        |
| LUCRO BRUTO   |                     | <u>51.278</u>             | <u>26.389</u>   | <u>780.058</u>                  | <u>772.779</u>   |
| RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS  |                     |                           |                 |                                 |                  |
| Despesas gerais e administrativas   | 28                  | -                         | -               | (54.717)                        | (73.099)         |
| Amortização de ágio de investimentos                                      |                     | (4.544)                   | (4.426)         | -                               | -                |
| Resultado de equivalência patrimonial                                     | 11                  | 357.658                   | 328.505         | -                               | -                |
| Outras (despesas) receitas, líquidas                                      |                     | (4)                       | (9)             | (269)                           | 494              |
|   |                     | <u>353.110</u>            | <u>324.070</u>  | <u>(54.986)</u>                 | <u>(72.605)</u>  |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO<br>RESULTADO FINANCEIRO                        |                     | <u>404.388</u>            | <u>350.459</u>  | <u>725.072</u>                  | <u>700.174</u>   |
| RESULTADO FINANCEIRO  |                     |                           |                 |                                 |                  |
| Receitas financeiras  | 29                  | 48.599                    | 12.647          | 68.232                          | 24.831           |
| Despesas financeiras  | 29                  | (76.389)                  | (75.919)        | (237.778)                       | (273.842)        |
|   |                     | <u>(27.790)</u>           | <u>(63.272)</u> | <u>(169.546)</u>                | <u>(249.011)</u> |
| LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO<br>DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL |                     | <u>376.598</u>            | <u>287.187</u>  | <u>555.526</u>                  | <u>451.163</u>   |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL                                    |                     |                           |                 |                                 |                  |
| Correntes   | 14.b)               | (5.823)                   | 19              | (167.305)                       | (147.923)        |
| Diferidos   | 14.b)               | (1.742)                   | 1.742           | (14.639)                        | (10.548)         |
|   |                     | <u>(7.565)</u>            | <u>1.761</u>    | <u>(181.944)</u>                | <u>(158.471)</u> |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO  |                     | <u>369.033</u>            | <u>288.948</u>  | <u>373.582</u>                  | <u>292.692</u>   |
| ATRIBUÍVEL A  |                     |                           |                 |                                 |                  |
| Participação dos acionistas controladores                                 |                     | -                         | -               | 369.033                         | 288.948          |
| Participação dos acionistas não controladores                             |                     | -                         | -               | 4.549                           | 3.744            |
|   |                     | <u>369.033</u>            | <u>288.948</u>  | <u>373.582</u>                  | <u>292.692</u>   |
| LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO                                  | 30                  | <u>0,94</u>               | <u>0,74</u>     |                                 |                  |
| LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - DILUÍDO                                 | 30                  | <u>0,94</u>               | <u>0,74</u>     |                                 |                  |

Resultados abrangentes:

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

|  | Nota explicativa | Capital social | <u>Reserva de capital</u><br>Plano de opção com base em ações | <u>Reservas de lucros</u><br>Legal | Dividendos adicionais propostos | Lucros acumulados | Patrimônio líquido dos acionistas controladores (BR GAAP) | Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas | Patrimônio líquido consolidado (BR GAAP) |
|--|------------------|----------------|---|------------------------------------|---------------------------------|-------------------|---|---|--|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009                           |                  | 438.465        | -   | 4.110                              | -                               | (47.556)          | 395.019   | -   | 395.019                                  |
| Aumento de capital com investimentos                       |                  | 39.326         | -   | -                                  | -                               | -                 | 39.326  | -   | 39.326                                   |
| Incorporação de controladas                                |                  | 15.298         | -   | -                                  | -                               | 5.199             | 20.497  | 2.920   | 23.417                                   |
| Cisão da Ecocataratas em 29 de dezembro                    |                  | (288.084)      | -   | -                                  | -                               | -                 | (288.084)   | -   | (288.084)                                |
| Aumento de capital em 29 de dezembro                       |                  | 101.278        | -   | -                                  | -                               | -                 | 101.278   | -   | 101.278                                  |
| Aumento de capital em 31 de dezembro                       |                  | 85.000         | -   | -                                  | -                               | -                 | 85.000  | -   | 85.000                                   |
| Lucro líquido do exercício                                 |                  | -              | -   | -                                  | -                               | 288.948           | 288.948   | 3.744   | 292.692                                  |
| Destinação do lucro:                                       |                  |                |   |                                    |                                 |                   |   |   |  |
| Reserva legal  |                  | -              | -   | 12.330                             | -                               | (12.330)          | -   | -   | -  |
| Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,02 por ação)     |                  | -              | -   | -                                  | -                               | (8.730)           | (8.730)   | -   | (8.730)                                  |
| Dividendos intermediários pagos (R\$0,01 por ação)         |                  | -              | -   | -                                  | -                               | (5.504)           | (5.504)   | -   | (5.504)                                  |
| Dividendos propostos (R\$0,12 por ação)                    |                  | -              | -   | -                                  | -                               | (48.239)          | (48.239)  | -   | (48.239)                                 |
| Constituição de reserva para dividendos                    |                  | -              | -   | -                                  | 171.788                         | (171.788)         | -   | -   | -  |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010                           |                  | 391.283        | -   | 16.440                             | 171.788                         | -                 | 579.511   | 6.664   | 586.175                                  |
| Plano de opção com base em ações                           | 25.f)            | -              | 111   | -                                  | -                               | -                 | 111   | -   | 111                                      |
| Lucro líquido do exercício                                 |                  | -              | -   | -                                  | -                               | 369.033           | 369.033   | 4.549   | 373.582                                  |
| Destinação do lucro:                                       |                  |                |   |                                    |                                 |                   |   |   |  |
| Reserva legal  | 25.c)            | -              | -   | 18.452                             | -                               | (18.452)          | -   | -   | -  |
| Juros sobre o capital próprio (R\$0,06 por ação)           | 25.d)            | -              | -   | -                                  | -                               | (24.463)          | (24.463)  | (8.171)   | (32.634)                                 |
| Dividendos propostos (R\$0,16 por ação)                    | 25.d)            | -              | -   | -                                  | -                               | (66.851)          | (66.851)  | -   | (66.851)                                 |
| Constituição de reserva para dividendos (R\$0,66 por ação) | 25.d)            | -              | -   | -                                  | 259.267                         | (259.267)         | -   | -   | -  |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011                           |                  | 391.283        | 111   | 34.892                             | 431.055                         | -                 | 857.341   | 3.042   | 860.383                                  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010  
(Em milhares de reais - R\$)

|   | Controladora<br>(BR GAAP) |                 | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                  |
|---|---------------------------|-----------------|---------------------------------|------------------|
|   | 31/12/2011                | 31/12/2010      | 31/12/2011                      | 31/12/2010       |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>   |                           |                 |                                 |                  |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social  | 376.598                   | 287.187         | 555.526                         | 451.163          |
| Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: |                           |                 |                                 |                  |
| Depreciação e amortização   | 5.391                     | 27.381          | 106.734                         | 123.731          |
| Amortização de ágio em investimentos  | 4.544                     | 4.426           | -                               | -                |
| Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures  | 75.990                    | 74.359          | 210.234                         | 216.293          |
| Variação monetária sobre credor pela concessão  | -                         | -               | 9.548                           | 29.773           |
| Receita sobre títulos e valores mobiliários   | -                         | -               | (1.673)                         | (1.624)          |
| Resultado de equivalência patrimonial   | (357.658)                 | (328.505)       | -                               | -                |
| Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível   | 382                       | 67              | 3.207                           | 3.025            |
| Tributos diferidos  | -                         | -               | 293                             | 10.548           |
| Constituição de provisão para manutenção e provisão para construção de obras futuras, líquida   | -                         | -               | 55.238                          | 48.184           |
| Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras  | -                         | -               | 8.333                           | 6.184            |
| Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária   | -                         | -               | 15.606                          | 10.853           |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais:  |                           |                 |                                 |                  |
| Clientes  | -                         | -               | (11.886)                        | 2.332            |
| Tributos a recuperar  | (2.111)                   | (5.451)         | (2.483)                         | (804)            |
| Despesas antecipadas  | -                         | -               | 571                             | (3.250)          |
| Outros créditos e depósitos judiciais   | (108)                     | 70              | (23.695)                        | (9)              |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais:  |                           |                 |                                 |                  |
| Fornecedores  | 1.476                     | 985             | 8.020                           | (414)            |
| Obrigações sociais e trabalhistas   | 1.266                     | 979             | 1.929                           | 2.629            |
| Partes relacionadas - fornecedores  | -                         | -               | 1.669                           | -                |
| Impostos, taxas e contribuições a recolher  | (1.861)                   | 1.502           | (70)                            | 923              |
| Pagamento para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis  | -                         | -               | -                               | (4.118)          |
| Outras contas a pagar   | 1.107                     | 236             | (3.506)                         | (8.709)          |
| Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis  | -                         | -               | (12.851)                        | (4.118)          |
| Pagamento de manutenção e construção de obras   | -                         | -               | (49.737)                        | (134.444)        |
| Imposto de renda e contribuição social pagos  | (5.823)                   | -               | (164.785)                       | (154.456)        |
| Juros pagos   | (69.707)                  | (59.040)        | (159.351)                       | (138.578)        |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais  | <u>29.486</u>             | <u>4.196</u>    | <u>546.871</u>                  | <u>455.114</u>   |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>  |                           |                 |                                 |                  |
| Dividendos recebidos  | 262.036                   | 85.411          | 791                             | -                |
| Aquisição de imobilizado e intangível   | (17.079)                  | (7.184)         | (221.184)                       | (211.631)        |
| Partes relacionadas - mútuo e clientes  | 2.972                     | (209.363)       | 36.471                          | (105.962)        |
| Acionistas não controladores  | -                         | -               | (8.171)                         | -                |
| Aumento de capital  | -                         | 79.156          | -                               | 225.604          |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento  | <u>247.929</u>            | <u>(51.980)</u> | <u>(192.093)</u>                | <u>(91.989)</u>  |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>   |                           |                 |                                 |                  |
| Títulos e valores mobiliários   | -                         | -               | (35.834)                        | 1.894            |
| Credor pela concessão   | -                         | -               | (12.004)                        | (28.417)         |
| Programa de Recuperação Fiscal - REFIS  | -                         | -               | 654                             | -                |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures  | -                         | -               | 533.252                         | 767.534          |
| Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures   | (184.300)                 | -               | (652.972)                       | (912.201)        |
| Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio   | (8.796)                   | (14.234)        | (8.797)                         | (14.234)         |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento  | <u>(193.096)</u>          | <u>(14.234)</u> | <u>(175.701)</u>                | <u>(185.424)</u> |
| Efeito do caixa e equivalentes de caixa de controladas recebido em aumento de capital   | -                         | -               | -                               | (202.744)        |
| <b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>   | <u>84.319</u>             | <u>(62.018)</u> | <u>179.077</u>                  | <u>(25.043)</u>  |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício  | 183.812                   | 245.830         | 252.866                         | 277.909          |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício   | 268.131                   | 183.812         | 431.943                         | 252.866          |
| <b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>   | <u>84.319</u>             | <u>(62.018)</u> | <u>179.077</u>                  | <u>(25.043)</u>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010  
(Em milhares de reais - R\$)

|   | Controladora<br>(BR GAAP) |                   | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                   |
|---|---------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
|   | <u>31/12/2011</u>         | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2011</u>               | <u>31/12/2010</u> |
| RECEITAS  |                           |                   |                                 |                   |
| Com arrecadação de pedágio                            | -                         | -                 | 1.190.389                       | 1.216.790         |
| Com construção  | -                         | -                 | 192.998                         | 174.249           |
| Outras receitas                                       | <u>119.284</u>            | <u>104.853</u>    | <u>76.275</u>                   | <u>52.450</u>     |
|   | <u>119.284</u>            | <u>104.853</u>    | <u>1.459.662</u>                | <u>1.443.489</u>  |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS                       |                           |                   |                                 |                   |
| Custo dos serviços prestados                          | (14.194)                  | (12.747)          | (415.328)                       | (390.498)         |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros    | <u>(4.544)</u>            | <u>(4.426)</u>    | <u>(28.156)</u>                 | <u>(42.143)</u>   |
|   | <u>(18.738)</u>           | <u>(17.173)</u>   | <u>(443.484)</u>                | <u>(432.641)</u>  |
| VALOR ADICIONADO BRUTO                                | <u>100.546</u>            | <u>87.680</u>     | <u>1.016.178</u>                | <u>1.010.848</u>  |
| DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO                             | (5.391)                   | (27.381)          | (106.734)                       | (123.731)         |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA     | <u>95.155</u>             | <u>60.299</u>     | <u>909.444</u>                  | <u>887.117</u>    |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA            |                           |                   |                                 |                   |
| Receitas financeiras                                  | 48.599                    | 12.647            | 68.232                          | 24.831            |
| Equivalência patrimonial                              | <u>357.658</u>            | <u>328.505</u>    | -                               | -                 |
|   | <u>406.257</u>            | <u>341.152</u>    | <u>68.232</u>                   | <u>24.831</u>     |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR                   | <u>501.412</u>            | <u>401.451</u>    | <u>977.676</u>                  | <u>911.948</u>    |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO                      | <u>501.412</u>            | <u>401.451</u>    | <u>977.676</u>                  | <u>911.948</u>    |
| Pessoal   | <u>32.858</u>             | <u>25.829</u>     | <u>96.883</u>                   | <u>97.941</u>     |
| Remuneração direta                                    | 28.528                    | 22.371            | 79.756                          | 79.993            |
| Benefícios  | 2.850                     | 2.325             | 13.195                          | 13.977            |
| Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS          | 1.480                     | 1.133             | 3.932                           | 3.971             |
| Impostos, taxas e contribuições                       | <u>23.033</u>             | <u>10.755</u>     | <u>269.286</u>                  | <u>247.473</u>    |
| Federais  | 20.646                    | 8.654             | 240.561                         | 215.345           |
| Municipais  | 2.387                     | 2.101             | 28.725                          | 32.128            |
| Remuneração de capitais de terceiros                  | <u>76.488</u>             | <u>75.919</u>     | <u>237.925</u>                  | <u>273.842</u>    |
| Juros   | 64.392                    | 64.131            | 159.799                         | 166.983           |
| Outros  | 12.096                    | 11.788            | 78.126                          | 106.859           |
| Remuneração de capitais próprios                      | <u>369.033</u>            | <u>288.948</u>    | <u>373.582</u>                  | <u>292.692</u>    |
| Juros sobre o capital próprio pagos                   | 24.463                    | 8.730             | 24.463                          | 8.730             |
| Participação dos não controladores nos lucros retidos | -                         | -                 | 4.549                           | 3.744             |
| Dividendos intermediários pagos                       | -                         | 5.504             | -                               | 5.504             |
| Lucro do exercício retido                             | 344.570                   | 274.714           | 344.570                         | 274.714           |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Ecoporto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Mediante a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas no mercado de capitais.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

## 2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- b) As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais - R\$, a moeda funcional da Companhia.

## 2.4. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

### a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas demonstrações financeiras individuais (controladora), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

### b) Investimentos em empresas controladas (consolidado)

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha em substância o controle de outras empresas constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e da demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na rubrica “Participação dos acionistas não controladores”.

## 2.5. Ágio (ativo de vida útil indefinida)

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, da Companhia desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é alocada, primeiramente, para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

## 2.6. Instrumentos financeiros ativos

Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

### a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, ativos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera e avalia os instrumentos, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado nem de realização.

b) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.7. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente no fim de cada exercício patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

## 2.9. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente os ativos imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

## 2.10. Passivos financeiros

### Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim de cada exercício.

## 2.11. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

## 2.12. Tributos

### a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada sobre o resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

### b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal, e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

### c) As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado, e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços, com exceção da controlada direta Ecovias, em que o ISS é apresentado como custo dos serviços prestados.

### 2.13. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 24.

#### a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber refere-se à parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”), que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamento “Sem Parar”, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

### 2.14. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos no fim de cada exercício.

### 2.15. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações

A Companhia e suas controladas oferecem a seus empregados plano de opção com base em ações e recebem os serviços como contraprestações. O plano de opção com base em ações será liquidado com as ações da controladora direta EcoRodovias.

O plano de opção com base em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Vide nota explicativa nº 25.f).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às

estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de capital - plano de opção com base em ações”, que registrou o benefício aos empregados.

#### 2.16. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como receitas antecipadas, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação e serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

#### 2.17. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 29.

#### 2.18. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

#### 2.19. Lucro básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.



## 2.20. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.21. Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As IFRSs novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das melhorias às IFRSs emitidas em 2010): esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
- IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC): IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) IAS 24 (revisada em 2009) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e (b) IAS 24 (revisada em 2009) alterou a definição de parte relacionada.
- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos: tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

- Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento: as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58.
- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais: fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.
- Modificações à IFRS 3 - Combinações de Negócios: esclarecem que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de essas participações, que representam participações minoritárias atuais, derem a seus detentores o direito à participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação. Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras normas exijam que outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer mais orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida.

## 2.22. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (1): aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2): introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo por meio do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo na respectiva rubrica resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2): substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Acordos de Participação: substitui a IAS 31 - Participações em “Joint Ventures” e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.

- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2): é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2): apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.
- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3): permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente, de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2): altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2): reflete as modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (2): as alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer que: (a) um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “impairment” de acordo com a IAS 36 - “Impairment” de Ativos; (b) qualquer perda por “impairment” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (c) as reversões de “impairment” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

(1) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

(2) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Administração avaliou as novas normas e, considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

### 3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs emitidas pelo IASB determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção, como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 35.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo intangível com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e à empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

### Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente no fim de cada exercício, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer face às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do exercício. Vide nota explicativa nº 23.
- b) Credores pela concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 21.

### Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

## 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e as participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, a detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas consolidadas:

|  | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Controladas diretas:   |                   |                   |
| Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.                                 | 100%              | 100%              |
| Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.                                  | 100%              | 100%              |
| Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas | 100%              | 100%              |
| Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL                    | 90%               | 90%               |

As atividades das controladas diretas são como segue:

#### Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia Caminho do Mar”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

#### Cisão

- Em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e da controlada direta Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas a cisão parcial da Companhia, com a consequente incorporação do patrimônio líquido cindido pela Ecocataratas e, consequentemente, a incorporação do acervo líquido cindido, celebrado na mesma data entre a Companhia, a Ecocataratas e a controladora direta EcoRodovias, como interveniente anuente. O valor contábil do patrimônio líquido da Companhia, cindido e vertido à Ecocataratas, foi avaliado em R\$249.619, observada a dedução do conjunto de ações da Ecocataratas no valor de R\$23.168, anteriormente detidas pela Companhia.

- Em decorrência da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido a R\$205.005, mediante o cancelamento de 272.786.976 ações, que foram suportadas exclusivamente por sua acionista majoritária, a EcoRodovias. O capital social da Ecocataratas foi aumentado para R\$291.468, mediante a emissão de 249.619.261 novas ações representativas do capital social da Ecocataratas. Essas ações foram subscritas e integralizadas com o patrimônio cindido da Companhia incorporado pela Ecocataratas e atribuídas, exclusivamente, à EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- Em razão da operação descrita, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|   | Controladora<br>(BR GAAP) |                   | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                   |
|---|---------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
|   | <u>31/12/2011</u>         | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2011</u>               | <u>31/12/2010</u> |
| Caixa e bancos-                               |                           |                   |                                 |                   |
| Em moeda nacional                             | 5.057                     | 23                | 26.354                          | 12.277            |
| Aplicações financeiras:                       |                           |                   |                                 |                   |
| Fundo exclusivo (a)                           | 229.441                   | 113.596           | 229.441                         | 113.596           |
| Certificado de Depósito Bancário -<br>CDB (b) | <u>33.633</u>             | <u>70.193</u>     | <u>176.148</u>                  | <u>126.993</u>    |
|   | <u>268.131</u>            | <u>183.812</u>    | <u>431.943</u>                  | <u>252.866</u>    |

- (a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, sendo:

- 52,81% de operações compromissadas com rentabilidade prefixada atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI de instituições financeiras nacionais consideradas de primeira linha.
- 16,95% de CDB com rentabilidade prefixada atrelada ao CDI.
- 30,24% de LFTs.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.



O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

A carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários - vinculados está composta conforme segue:

|                        | Controladora (BR GAAP) e<br>Consolidado (IFRS e BR GAAP) |                   |
|------------------------|--|-------------------|
|                        | <u>31/12/2011</u>  | <u>31/12/2010</u> |
| CDB                    | 38.890   | 43.905            |
| Operação compromissada | 121.168  | 59.865            |
| LFT                    | <u>69.383</u>  | <u>9.826</u>      |
|                        | <u>229.441</u>   | <u>113.596</u>    |

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

#### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

|                | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|----------------|-------------------|-------------------|
| CDB            | <u>67.307</u>     | <u>29.800</u>     |
| Circulante     | <u>30.106</u>     | <u>29.800</u>     |
| Não circulante | <u>37.201</u>     | <u>-</u>          |

Formados por CDB e remunerados a taxas que variam entre 101,0% e 102,72% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 18).

#### 7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

|  | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Pedágio eletrônico - concessionárias (*) | 58.360            | 44.481            |
| Cupons de pedágio                        | 4.104             | 7.165             |
| Outras contas                            | <u>3.861</u>      | <u>2.793</u>      |
|  | <u>66.325</u>     | <u>54.439</u>     |

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

(\*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

|                 | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| A vencer        | 66.307            | 54.432            |
| Vencidos:       |                   |                   |
| Até 30 dias     | 17                | 2                 |
| De 31 a 60 dias | <u>1</u>          | <u>5</u>          |
|                 | <u>66.325</u>     | <u>54.439</u>     |

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

|  | Controladora<br>(BR GAAP) |                   | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                   |
|--|---------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
|  | <u>31/12/2011</u>         | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2011</u>               | <u>31/12/2010</u> |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 9.550                     | 6.463             | 10.062                          | 6.789             |
| Outros   | <u>113</u>                | <u>1.089</u>      | <u>312</u>                      | <u>1.102</u>      |
|  | <u>9.663</u>              | <u>7.552</u>      | <u>10.374</u>                   | <u>7.891</u>      |

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e aos pagamentos de estimativas mensais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O saldo será utilizado para compensar os saldos de passivos referentes a IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e IRRF e PIS, Cofins e CSLL retidos.

## 9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA (BR GAAP)

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui R\$203.327 (R\$791 em 31 de dezembro de 2010) referentes a dividendos e juros sobre capital próprio a receber, conforme segue:

|   | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - dividendos e juros sobre o capital próprio | 196.653           | -                 |
| Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio               | 81                | -                 |
| Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos | 6.593             | -                 |
| Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - juros sobre o capital próprio               | -                 | <u>791</u>        |
|   | <u>203.327</u>    | <u>791</u>        |

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

|                               | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldos no início do exercício | 4.072             | 2.654             |
| Adições                       | 3.811             | 2.036             |
| Baixas                        | (2.735)           | (927)             |
| Atualização monetária         | <u>1.492</u>      | <u>309</u>        |
| Saldos no fim do exercício    | <u>6.640</u>      | <u>4.072</u>      |

## 11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)

|   | Valores das investidas 31/12/2011 |                        | Percentual de participação direta - % |            | Investimento   |                | Equivalência   |                |
|---|-----------------------------------|------------------------|---------------------------------------|------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|   | Patrimônio líquido                | Resultado do exercício | 31/12/2011                            | 31/12/2010 | 31/12/2011     | 31/12/2010     | 31/12/2011     | 31/12/2010     |
| Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.                            | 372.483                           | 242.718                | 100                                   | 100        | 372.483        | 447.873        | 242.718        | 205.495        |
| Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.                             | 28.696                            | 53.447                 | 100                                   | 100        | 28.696         | 41.630         | 53.447         | 42.662         |
| Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas | 212.945                           | 20.548                 | 100                                   | 100        | 212.945        | 198.938        | 20.548         | 9.690          |
| Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (*)                         | -                                 | -                      | -                                     | 100        | -              | -              | -              | 36.964         |
| Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - ECOSUL                    | 30.416                            | 45.494                 | 90                                    | 90         | 27.374         | 59.973         | 40.945         | 33.694         |
| Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio                     | -                                 | -                      | -                                     | -          | <u>76.566</u>  | <u>81.110</u>  | -              | -              |
|   |                                   |                        |                                       |            | <u>718.064</u> | <u>829.524</u> | <u>357.658</u> | <u>328.505</u> |

(\*) Vide nota explicativa nº 4.

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está apresentada a seguir:

|  | 31/12/2010     | Dividendos e JSCP | Amortização de ágio | Plano de opção com base em ações | Equivalência patrimonial | 31/12/2011     |
|--|----------------|-------------------|---------------------|----------------------------------|--------------------------|----------------|
| Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.                               | 447.873        | (318.139)         | -                   | 31                               | 242.718                  | 372.483        |
| Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.                                | 41.630         | (66.381)          | -                   | -                                | 53.447                   | 28.696         |
| Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas | 198.938        | (6.593)           | -                   | 52                               | 20.548                   | 212.945        |
| Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL                  | 59.973         | (73.572)          | -                   | 28                               | 40.945                   | 27.374         |
| Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio                        | 81.110         | -                 | (4.544)             | -                                | -                        | 76.566         |
|  | <u>829.524</u> | <u>(464.685)</u>  | <u>(4.544)</u>      | <u>111</u>                       | <u>357.658</u>           | <u>718.064</u> |

## 12. IMOBILIZADO

### a) Controladora (BR GAAP)

|                                  | Hardware e equipamentos de pedágio | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Terrenos     | Edificações  | Outros     | Total         |
|----------------------------------|------------------------------------|-------------------------|---------------------|--------------|--------------|------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2009 | 675                                | 152                     | 462                 | -            | -            | 68         | 1.357         |
| Adições                          | 468                                | 10                      | 32                  | 300          | 110          | 477        | 1.397         |
| Transferências                   | 146                                | -                       | -                   | -            | -            | -          | 146           |
| Depreciação                      | (345)                              | (22)                    | (62)                | -            | (11)         | (16)       | (456)         |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | <u>944</u>                         | <u>140</u>              | <u>432</u>          | <u>300</u>   | <u>99</u>    | <u>529</u> | <u>2.444</u>  |
| Adições                          | 1.068                              | 189                     | 93                  | 1.405        | 3.030        | 522        | 6.307         |
| Baixas                           | (5)                                | -                       | -                   | -            | -            | (377)      | (382)         |
| Transferências                   | -                                  | -                       | -                   | -            | 5.292        | -          | 5.292         |
| Depreciação                      | (431)                              | (47)                    | (66)                | -            | (143)        | (21)       | (708)         |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | <u>1.576</u>                       | <u>282</u>              | <u>459</u>          | <u>1.705</u> | <u>8.278</u> | <u>653</u> | <u>12.953</u> |
| Taxas anuais de depreciação - %  | 20,0                               | 10,0                    | 10,0                | -            | 4,0          | 10,0       |               |

### b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

|                                  | Hardware e equipamentos de pedágio | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Terrenos     | Edificações   | Outros        | Total         |
|----------------------------------|------------------------------------|-------------------------|---------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2009 | 19.569                             | 6.474                   | 2.563               | 3.361        | 11.942        | 12.597        | 56.506        |
| Incorporação de empresas         | 15.096                             | 1.447                   | 856                 | -            | 23            | 2.185         | 19.607        |
| Cisão Ecocataratas               | (3.349)                            | (1.141)                 | (154)               | -            | (4.362)       | (1.652)       | (10.658)      |
| Adições                          | 14.771                             | 744                     | 1.678               | 300          | 877           | 883           | 19.253        |
| Baixas                           | (33)                               | (32)                    | (7)                 | -            | -             | (1.406)       | (1.478)       |
| Transferências                   | 275                                | 478                     | -                   | -            | 1.256         | -             | 2.009         |
| Depreciação                      | (9.019)                            | (1.305)                 | (566)               | -            | (806)         | (882)         | (12.578)      |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | <u>37.310</u>                      | <u>6.665</u>            | <u>4.370</u>        | <u>3.661</u> | <u>8.930</u>  | <u>11.725</u> | <u>72.661</u> |
| Adições                          | 17.852                             | 2.003                   | 766                 | 1.405        | 3.058         | 3.123         | 28.207        |
| Baixas                           | (7)                                | (6)                     | (5)                 | -            | -             | (960)         | (978)         |
| Transferências                   | 15                                 | -                       | 14                  | -            | 5.292         | -             | 5.321         |
| Depreciação                      | (11.716)                           | (1.510)                 | (616)               | -            | (977)         | (1.107)       | (15.926)      |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | <u>43.454</u>                      | <u>7.152</u>            | <u>4.529</u>        | <u>5.066</u> | <u>16.303</u> | <u>12.781</u> | <u>89.285</u> |
| Taxas anuais de depreciação - %  | 20,0                               | 10,0                    | 10,0                | -            | 4,5           | 13,1          |               |

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

### 13. INTANGÍVEL

#### a) Controladora (BR GAAP)

|                                  | <u>Intangível em<br/>andamento</u> | <u>Software</u> | <u>Total</u>  |
|----------------------------------|------------------------------------|-----------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2009 | -                                  | 11.955          | 11.995        |
| Adições                          | 619                                | 5.168           | 5.787         |
| Baixas                           | -                                  | (67)            | (67)          |
| Transferências                   | -                                  | (146)           | (146)         |
| Amortização                      | -                                  | (3.784)         | (3.784)       |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | <u>619</u>                         | <u>13.126</u>   | <u>13.745</u> |
| Adições                          | 5.774                              | 4.998           | 10.772        |
| Transferências                   | (5.292)                            | -               | (5.292)       |
| Amortização                      | -                                  | (4.683)         | (4.683)       |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | <u>1.101</u>                       | <u>13.441</u>   | <u>14.542</u> |
| Taxas anuais de amortização - %  | -                                  | 20%             |               |

#### b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

|                                     | <u>Contratos<br/>de<br/>concessão</u> | <u>Ágio<br/>Cataratas</u> | <u>Obras em<br/>andamento</u> | <u>Software</u> | <u>Outros</u> | <u>Total</u>     |
|-------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------|-------------------------------|-----------------|---------------|------------------|
| Saldos em 31 de<br>dezembro de 2009 | 1.184.670                             | 373.264                   | 944                           | 12.925          | 13            | 1.571.816        |
| Incorporação de<br>empresas         | 650.220                               | -                         | 632                           | 600             |               | 651.452          |
| Cisão - Ecocataratas                | (70.636)                              | (350.124)                 | -                             | (182)           | (11)          | (420.953)        |
| Adições                             | 132.232                               | -                         | 53.816                        | 6.330           | -             | 192.378          |
| Baixas                              | (349)                                 | -                         | (1.131)                       | (67)            | -             | (1.547)          |
| Transferências                      | 50.988                                | -                         | (52.851)                      | (146)           | -             | (2.009)          |
| Amortização                         | (83.614)                              | (23.140)                  | -                             | (4.399)         | -             | (111.153)        |
| Saldos em 31 de<br>dezembro de 2010 | <u>1.863.511</u>                      | <u>          </u>         | <u>1.410</u>                  | <u>15.061</u>   | <u>2</u>      | <u>1.879.984</u> |

|                                  | Contratos<br>de<br>concessão | Obras em<br>andamento | Software      | Outros   | Total            |
|----------------------------------|------------------------------|-----------------------|---------------|----------|------------------|
| Adições                          | 156.093                      | 31.477                | 5.407         | -        | 192.977          |
| Baixas                           | (824)                        | (1.403)               | -             | (2)      | (2.229)          |
| Transferências                   | 20.839                       | (26.160)              | -             | -        | (5.321)          |
| Amortização                      | (85.542)                     | -                     | (5.266)       | -        | (90.808)         |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | <u>1.954.077</u>             | <u>5.324</u>          | <u>15.202</u> | <u>-</u> | <u>1.974.603</u> |
| Taxas anuais de amortização - %  | (*)                          |                       | -             | 20%      | -                |

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização foram de 2,05% a 6,41% (2,02% a 6,20% em 31 de dezembro de 2010).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

#### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

##### a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

|   | Controladora<br>(BR GAAP) |                   | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                   |
|---|---------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
|   | <u>31/12/2011</u>         | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2011</u>               | <u>31/12/2010</u> |
| Provisão para perdas tributárias,<br>trabalhistas e cíveis            | -                         | -                 | 9.081                           | 8.145             |
| Provisão para manutenção e<br>amortização do intangível               | -                         | -                 | (14.278)                        | (421)             |
| Ágio (benefício fiscal da<br>incorporação da Ecosul<br>Participações) | -                         | 2.624             | 4.190                           | 4.484             |
| Outros  | <u>-</u>                  | <u>(882)</u>      | <u>(18)</u>                     | <u>1.700</u>      |
|   | <u>-</u>                  | <u>1.742</u>      | <u>(1.025)</u>                  | <u>13.908</u>     |
| Ativo diferido  | -                         | 1.742             | 20.329                          | 28.427            |
| Passivo diferido  | <u>-</u>                  | <u>-</u>          | <u>(21.354)</u>                 | <u>(14.519)</u>   |
|   | <u>-</u>                  | <u>1.742</u>      | <u>(1.025)</u>                  | <u>13.908</u>     |

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pela Companhia e por suas controladas, no contexto das principais variáveis de seus negócios que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

|                                | Controladora<br>(BR GAAP) |                   | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                   |
|--------------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
|                                | <u>31/12/2011</u>         | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2011</u>               | <u>31/12/2010</u> |
| Varição no:                    |                           |                   |                                 |                   |
| Imposto de renda corrente      | (4.230)                   | 19                | (122.765)                       | (108.588)         |
| Imposto de renda diferido      | <u>(1.089)</u>            | <u>1.089</u>      | <u>(10.570)</u>                 | <u>(7.994)</u>    |
|                                | <u>(5.319)</u>            | <u>1.108</u>      | <u>(133.335)</u>                | <u>(116.582)</u>  |
| Varição na:                    |                           |                   |                                 |                   |
| Contribuição social - corrente | (1.593)                   | -                 | (44.540)                        | (39.335)          |
| Contribuição social - diferida | <u>(653)</u>              | <u>653</u>        | <u>(4.069)</u>                  | <u>(2.554)</u>    |
|                                | <u>(2.246)</u>            | <u>653</u>        | <u>(48.609)</u>                 | <u>(41.889)</u>   |

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

|  | Controladora<br>(BR GAAP) |                   | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                   |
|--|---------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
|  | <u>31/12/2011</u>         | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2011</u>               | <u>31/12/2010</u> |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social                   | 376.598                   | 287.187           | 555.526                         | 451.163           |
| Alíquota   | <u>34%</u>                | <u>34%</u>        | <u>34%</u>                      | <u>34%</u>        |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes | (128.043)                 | (97.644)          | (188.879)                       | (153.395)         |
| Equivalência patrimonial   | 121.604                   | 111.692           | -                               | -                 |
| Juros sobre o capital próprio  | (8.317)                   | (3.744)           | (8.317)                         | (3.744)           |
| Imposto de renda e contribuição social sobre as adições permanentes        | <u>7.191</u>              | <u>(8.543)</u>    | <u>15.252</u>                   | <u>(1.332)</u>    |
| Despesa do imposto de renda e da contribuição social                       | <u>(7.565)</u>            | <u>1.761</u>      | <u>(181.944)</u>                | <u>(158.471)</u>  |
| Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes             | (5.823)                   | 19                | (167.305)                       | (147.923)         |
| Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos             | (1.742)                   | 1.742             | (14.639)                        | (10.548)          |

## 15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

|                             | Controladora<br>(BR GAAP) |              | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |               |
|-----------------------------|---------------------------|--------------|---------------------------------|---------------|
|                             | 31/12/2011                | 31/12/2010   | 31/12/2011                      | 31/12/2010    |
| Impostos sobre faturamento: |                           |              |                                 |               |
| ISS                         | 100                       | 89           | 5.815                           | 4.686         |
| Cofins                      | 446                       | 337          | 3.914                           | 3.035         |
| PIS                         | 97                        | 73           | 848                             | 576           |
| ISS na fonte                | 9                         | 4            | 846                             | 370           |
| Outros impostos             | <u>172</u>                | <u>2.182</u> | <u>2.773</u>                    | <u>5.599</u>  |
|                             | <u>824</u>                | <u>2.685</u> | <u>14.196</u>                   | <u>14.266</u> |

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

| Credor             | Vencimento final | Taxa média<br>de juros | 31/12/2011     | 31/12/2010     |
|--------------------|------------------|------------------------|----------------|----------------|
| Em moeda nacional: |                  |                        |                |                |
| Capital de giro    | Novembro de 2012 | 109% do CDI            | 80.883         | -              |
| Capital de giro    | Mai de 2012      | 107,7% do CDI          | 6.213          | 11.692         |
| Capital de giro    | Novembro de 2011 | 110,2% do CDI          | 35.461         | 35.434         |
| BNDES              | Junho de 2021    | TJLP + 2,45% a.a.      | 96.765         | -              |
| Capital de giro    | Outubro de 2014  | CDI + 2,032% a.a.      | 39.565         | 35.110         |
| Notas promissórias | Abril de 2011    | CDI + 1,20% a.a.       | -              | <u>373.337</u> |
|                    |                  |                        | <u>258.887</u> | <u>455.573</u> |
| Circulante         |                  |                        | <u>146.406</u> | <u>414.963</u> |
| Não circulante     |                  |                        | <u>112.481</u> | <u>40.610</u>  |

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

|                  | 31/12/2011     | 31/12/2010    |
|------------------|----------------|---------------|
| 2012             | -              | 5.500         |
| 2013             | 22.274         | -             |
| 2014             | 22.541         | 35.110        |
| 2015             | 9.303          | -             |
| 2016             | 9.303          | -             |
| Posterior a 2016 | <u>49.061</u>  | -             |
|                  | <u>112.481</u> | <u>40.610</u> |

a) Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- Em 8 de dezembro de 2010, a controlada direta Ecopistas realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 10 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37.100, perfazendo o valor total de R\$371.000, com vencimento em 120 dias da emissão, e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano. As notas promissórias foram quitadas em 18 de março de 2011.



- Em fevereiro de 2011, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito no valor de R\$79.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2011.
- O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecovia Caminho do Mar e Ecosul, a qual não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia.

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

- Em 11 de novembro de 2011, a controlada Ecovia Caminho do Mar celebrou contrato de cédula de crédito bancário, no valor de R\$44.000, com a finalidade de capital de giro. A Ecovia Caminho do Mar, por meio de um aditivo de contrato, prorrogou o empréstimo no valor de R\$35.000, com vencimento em novembro de 2012.
- Em novembro de 2011, a controlada direta Ecosul celebrou contrato no valor de R\$36.000, com a finalidade de capital de giro, em que a Companhia será sua avalista, com vencimento em novembro de 2012.
- Para o empréstimo da Ecosul, exige-se a manutenção de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” deverá ser menor ou igual a 1,5 e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2011. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecosul fez cessão fiduciária dos direitos creditórios do pedágio e tem como avalista a controladora direta EcoRodovias.

## 17. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

|  | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento: |                   |                   |
| Menos de um ano  | 892               | 842               |
| Mais de um ano e menos de cinco anos   | <u>191</u>        | <u>1.060</u>      |
|  | 1.083             | 1.902             |
| Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros               | <u>7</u>          | <u>13</u>         |
| Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil                             | <u>1.090</u>      | <u>1.915</u>      |
| Circulante   | <u>900</u>        | <u>855</u>        |
| Não circulante   | <u>190</u>        | <u>1.060</u>      |

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Ativo imobilizado”, apresenta R\$1.554 e R\$1.799 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, e refere-se a equipamentos e caminhões.

## 18. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

|                                  | Controladora<br>(BR GAAP) |                   | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                   |
|----------------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
|                                  | <u>31/12/2011</u>         | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2011</u>               | <u>31/12/2010</u> |
| Principal corrigido              | 434.414                   | 608.912           | 1.155.215                       | 1.039.944         |
| Remuneração (juros)              | 9.423                     | 15.190            | 51.518                          | 29.676            |
| Custos com emissão de debêntures | <u>(3.709)</u>            | <u>(5.844)</u>    | <u>(18.419)</u>                 | <u>(9.867)</u>    |
|                                  | <u>440.128</u>            | <u>618.258</u>    | <u>1.188.314</u>                | <u>1.059.753</u>  |
| Circulante                       | <u>191.589</u>            | <u>197.356</u>    | <u>366.008</u>                  | <u>316.640</u>    |
| Não circulante                   | <u>248.539</u>            | <u>420.902</u>    | <u>822.306</u>                  | <u>743.113</u>    |

A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou pagamento de R\$184.300, referente à primeira série das debêntures.

Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

A Companhia efetuou pagamento de R\$162.566 no exercício de 2011 (R\$161.500 em 2010), sendo R\$65.816 (R\$64.750 em 2010) referentes a juros da primeira, segunda e terceira séries das debêntures e R\$96.750 (R\$96.750 em 2010) referentes ao valor principal da primeira, segunda e terceira séries.

Essa operação teve classificação de risco “brAA-” da Standard & Poors.

A controlada Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Não foram registrados pagamentos de principal e juros para as debêntures da controlada Ecopistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As principais características das debêntures emitidas são:

| <u>Descrição</u>  | <u>Companhia</u>   | <u>Ecovias dos Imigrantes</u>  | <u>Ecopistas</u>   |
|---|--|--|--|
| Forma e conversibilidade                                    | Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações             | Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações             | Nominativa e escritural, não conversível em ações  |
| Quantidade emitida  | 600.000 (em três séries)   | 45.000 (em três séries)  | 370 (em quatro séries)   |
| Valor nominal unitário na data de emissão                   | R\$1.000,00  | R\$10,00   | R\$1.000.000,00  |
| Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2011 | 1ª série - não atualizável<br>2ª série - R\$1,20<br>3ª série - R\$1,15 | 1ª série - não atualizável<br>2ª série - R\$8,77<br>3ª série - R\$8,37 | 1ª série - R\$1.062,74<br>2ª série - R\$1.062,74<br>3ª série - R\$1.062,74<br>4ª série - R\$1.062,74 |

| <u>Descrição</u>  | <u>Companhia</u>  | <u>Ecovias dos Imigrantes</u>  | <u>Ecopistas</u>   |
|---|---|--|--|
| Fator de atualização do valor nominal unitário                            | 1ª série - não atualizável<br>2ª e 3ª séries - IPCA   | 1ª série - não atualizável<br>2ª e 3ª séries - IGP-M   | 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.   |
| Remuneração (juros e correção)  | 1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano<br>2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado                                | 1ª série - 104% do CDI<br>2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado  | 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - juros remuneratórios a serem definidos em processo de "bookbuilding", com taxa-teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% a.a. (252 dias úteis)   |
| Vencimento da remuneração (juros e correção)                              | 1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13)<br>2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15)<br>3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15) | 1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13)<br>2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14)<br>3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)  | 1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23)<br>2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22)<br>3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22)<br>4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)   |
| Vencimento da amortização   | 1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13)<br>2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15)<br>3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15) | 1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13)<br>2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14)<br>3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)  | 1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23)<br>2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22)<br>3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22)<br>4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)   |
| Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção) | Não aplicável   | Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor. | a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).<br><br>b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação). |
| Instituição depositária das debêntures                                    | Itaú Corretora de Valores S.A.  | Banco Bradesco S.A.  | Itaú Unibanco S.A.   |
| Local de pagamento  | CETIP e CBLC  | CETIP e CBLC   | CETIP e/ou BOVESPAFIX  |
| Instituição responsável pela conta de reserva                             | Não aplicável   | Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.  | Itaú Unibanco S.A.   |
| Agente fiduciário   | Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  | Oliveira Trust DTVM S.A.   | Planner Trustee DTVM Ltda.   |

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

|      | Controladora (BR GAAP) |                |                |                |                |                |
|------|------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|      | 31/12/2011             |                |                | 31/12/2010     |                |                |
|      | <u>Parcela</u>         | <u>Custo</u>   | <u>Total</u>   | <u>Parcela</u> | <u>Custo</u>   | <u>Total</u>   |
| 2012 | -                      | -              | -              | 184.300        | (1.610)        | 182.690        |
| 2013 | 144.800                | (1.034)        | 143.766        | 141.532        | (1.236)        | 140.296        |
| 2014 | 52.649                 | (332)          | 52.317         | 49.382         | (431)          | 48.951         |
| 2015 | <u>52.665</u>          | <u>(209)</u>   | <u>52.456</u>  | <u>49.397</u>  | <u>(432)</u>   | <u>48.965</u>  |
|      | <u>250.114</u>         | <u>(1.575)</u> | <u>248.539</u> | <u>424.611</u> | <u>(3.709)</u> | <u>420.902</u> |

|      | Consolidado (IFRS e BR GAAP) |                 |                |                |                |                |
|------|------------------------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|      | 31/12/2011                   |                 |                | 31/12/2010     |                |                |
|      | <u>Parcela</u>               | <u>Custo</u>    | <u>Total</u>   | <u>Parcela</u> | <u>Custo</u>   | <u>Total</u>   |
| 2012 | -                            | -               | -              | 303.903        | (2.684)        | 301.219        |
| 2013 | 307.315                      | (3.287)         | 304.028        | 261.135        | (2.310)        | 258.825        |
| 2014 | 181.415                      | (1.966)         | 179.449        | 135.235        | (1.130)        | 134.105        |
| 2015 | 88.412                       | (1.317)         | 87.095         | 49.396         | (432)          | 48.964         |
| 2016 | 35.747                       | (1.108)         | 34.639         | -              | -              | -              |
| 2017 | <u>223.417</u>               | <u>(6.322)</u>  | <u>217.095</u> | -              | -              | -              |
|      | <u>836.306</u>               | <u>(14.000)</u> | <u>822.306</u> | <u>749.669</u> | <u>(6.556)</u> | <u>743.113</u> |

O contrato da Companhia requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA, índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e à despesa financeira líquida e dívida líquida menor ou igual a R\$800.000 com base não consolidada, tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecovias dos Imigrantes requer a manutenção dos índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros menores que 4,00, obtidos pela razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, e maiores que 1,20. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

| <u>Emissora</u>        | <u>Série</u>          | <u>Data</u> | <u>Valor nominal</u> | <u>Despesas com emissão</u> | <u>Valor líquido</u> | <u>Taxa de juros</u> | <u>TIR</u>     |
|------------------------|-----------------------|-------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| Companhia              | Debêntures - 1ª série | 21/12/09    | 460.750              | (6.308)                     | 454.442              | CDI + 1,5%           | CDI + 2%       |
|                        | Debêntures - 2ª série | 21/12/09    | 69.625               | (953)                       | 68.672               | 8,75% + IPCA         | 9,39% + IPCA   |
|                        | Debêntures - 3ª série | 21/12/09    | 69.625               | (953)                       | 68.672               | 8,75% + IPCA         | 9,37% + IPCA   |
| Ecovias dos Imigrantes | Debêntures - 1ª série | 01/11/06    | 135.000              | (2.677)                     | 132.323              | 104% do CDI          | 107% do CDI    |
|                        | Debêntures - 2ª série | 01/11/06    | 157.500              | (3.124)                     | 154.376              | 9,5% + IGP-M         | 10,32% + IGP-M |
|                        | Debêntures - 3ª série | 01/11/06    | 157.500              | (3.124)                     | 154.376              | 9,5% + IGP-M         | 10,35% + IGP-M |
| Ecopistas              | Debêntures - 1ª série | 15/01/11    | 92.500               | (3.167)                     | 89.333               | IPCA + 8,25%         | 8,84% + IPCA   |
|                        | Debêntures - 2ª série | 15/01/11    | 92.500               | (3.167)                     | 89.333               | IPCA + 8,25%         | 8,97% + IPCA   |
|                        | Debêntures - 3ª série | 15/01/11    | 92.500               | (3.167)                     | 89.333               | IPCA + 8,25%         | 8,91% + IPCA   |
|                        | Debêntures - 4ª série | 15/01/11    | 92.500               | (3.167)                     | 89.333               | IPCA + 8,25%         | 8,87% + IPCA   |
|                        |                       |             | <u>1.420.000</u>     | <u>(29.807)</u>             | <u>1.390.193</u>     |                      |                |

## 19. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultorias.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

|   | <u>Natureza</u>            | <u>Controladora (BR GAAP)</u> |                   |
|---|----------------------------|-------------------------------|-------------------|
|   |                            | <u>31/12/2011</u>             | <u>31/12/2010</u> |
| Ativo-  |                            |                               |                   |
| Não circulante - mútuo:   |                            |                               |                   |
| Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a) | Controlada                 | 134.040                       | 107.109           |
| Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)                             | Outras partes relacionadas | <u>66.590</u>                 | <u>104.822</u>    |
|   |                            | <u>200.630</u>                | <u>211.931</u>    |

|   | Natureza                   | Controladora<br>(BR GAAP) |                |
|---|----------------------------|---------------------------|----------------|
|   |                            | 31/12/2011                | 31/12/2010     |
| Não circulante - clientes:  |                            |                           |                |
| Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)                             | Controlada                 | 2.411                     | 1.338          |
| Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)                        | Controlada                 | 356                       | 340            |
| Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)                            | Controlada                 | 8.619                     | 3.983          |
| Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)                             | Outras partes relacionadas | 1.683                     | -              |
| Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a) | Controlada                 | 590                       | -              |
| Elog Sudeste S.A. (c)   | Outras partes relacionadas | 637                       | -              |
| Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (c)                                      | Outras partes relacionadas | -                         | 254            |
| Elog S.A. (c)   | Outras partes relacionadas | -                         | 52             |
|   |                            | <u>14.296</u>             | <u>5.967</u>   |
| Total do ativo  |                            | <u>214.926</u>            | <u>217.898</u> |
| Passivo-  |                            |                           |                |
| Não circulante-   |                            |                           |                |
| Contas a pagar-   |                            |                           |                |
| Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)                            | Controlada                 | <u>7</u>                  | <u>7</u>       |
| Total do passivo  |                            | <u>7</u>                  | <u>7</u>       |
|   |                            |                           |                |
|   |                            | Controladora<br>(BR GAAP) |                |
|   |                            | 31/12/2011                | 31/12/2010     |
| Resultado:  |                            |                           |                |
| Receita:  |                            |                           |                |
| Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)                             | Controlada                 | 18.039                    | 17.160         |
| Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)                        | Controlada                 | 4.642                     | 4.449          |
| Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)                            | Controlada                 | 58.381                    | 52.440         |
| Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)                             | Outras partes relacionadas | 21.596                    | 20.544         |
| Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a) | Controlada                 | 7.626                     | 7.200          |
| Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (c)                                      | Outras partes relacionadas | -                         | 2.637          |
| Elog S.A. (c)   | Outras partes relacionadas | -                         | 439            |
| Elog Sudeste S.A. (c)   | Outras partes relacionadas | <u>7.367</u>              | -              |
|   |                            | <u>117.651</u>            | <u>104.869</u> |
| Despesa-  |                            |                           |                |
| Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)                            | Controlada                 | <u>195</u>                | <u>181</u>     |
|   |                            | <u>195</u>                | <u>181</u>     |

|   | Natureza                   | Consolidado<br>(IFRS E BR GAAP) |                       |
|---|----------------------------|---------------------------------|-----------------------|
|   |                            | 31/12/2011                      | 31/12/2010            |
| <b>Ativo-</b>   |                            |                                 |                       |
| Circulante - créditos diversos-                             |                            |                                 |                       |
| Consórcio Serra do Mar (d)                                  | Outras partes relacionadas | -                               | 260                   |
| Não circulante - mútuo-                                     |                            |                                 |                       |
| Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)               | Outras partes relacionadas | 66.590                          | 105.121               |
| Não circulante - créditos diversos:                         |                            |                                 |                       |
| Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)               | Outras partes relacionadas | 1.683                           | -                     |
| Elog Sudeste S.A.(c)  | Outras partes relacionadas | <u>637</u>                      | <u>-</u>              |
|   |                            | 68.910                          | 105.381               |
| <b>Intangível:</b>  |                            |                                 |                       |
| TB Transportadora Betumes Ltda.(g)                          | Outras partes relacionadas | 313                             | 106                   |
| CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (g) | Outras partes relacionadas | -                               | 5.199                 |
| Consórcio Planalto (f)                                      | Outras partes relacionadas | -                               | 57.886                |
| SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)                          | Outras partes relacionadas | 17.021                          | 11.420                |
| Consórcio Serra do Mar (d)                                  | Outras partes relacionadas | <u>40.424</u>                   | <u>16.600</u>         |
|   |                            | 57.758                          | 91.211                |
| <b>Total do ativo</b>                                       |                            | <u><u>126.668</u></u>           | <u><u>196.592</u></u> |
| <b>Passivo-</b>   |                            |                                 |                       |
| Circulante - contas a pagar:                                |                            |                                 |                       |
| C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. (h)                    | Outras partes relacionadas | -                               | 87                    |
| TB Transportadora Betumes Ltda. (g)                         | Outras partes relacionadas | 34                              | 1                     |
| SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)                         | Outras partes relacionadas | 260                             | 7                     |
| Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)             | Controladora               | 36                              | -                     |
| Consórcio Serra do Mar (d)                                  | Outras partes relacionadas | 1.090                           | -                     |
| CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (g) | Outras partes relacionadas | 370                             | 26                    |
| <b>Total do passivo</b>                                     |                            | <u><u>1.790</u></u>             | <u><u>121</u></u>     |



|  | Natureza                   | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                   |
|--|----------------------------|---------------------------------|-------------------|
|  |                            | <u>31/12/2011</u>               | <u>31/12/2010</u> |
| Resultado-   |                            |                                 |                   |
| Despesa:   |                            |                                 |                   |
| TB Transportadora Betumes Ltda.(g)                         | Outras partes relacionadas | 24                              | 11                |
| CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda.(g) | Outras partes relacionadas | 30                              | 344               |
| Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(c)             | Controladora               | 412                             | -                 |
| SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)                         | Outras partes relacionadas | <u>366</u>                      | <u>106</u>        |
|  |                            | <u>832</u>                      | <u>461</u>        |

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- O valor de R\$134.040 refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de março de 2012.
- O valor de R\$66.590 refere-se a contrato de mútuo com a Ecocataratas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de março de 2012.
- A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$114.204, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas à controladora EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e Impregilo SPA Sucursal Brasil, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias dos Imigrantes e contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecopistas e o Consórcio Serra do Mar é de R\$229.957. Deste total, foram incorridos R\$183.224 e há um saldo de R\$46.733 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia Caminho do Mar. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$40.985 e entre a Ecovia Caminho do Mar e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$44.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 31 de dezembro de 2011, há um saldo de R\$8.453 de serviços a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

- (f) O Consórcio Planalto, formado pelas partes relacionadas à controladora direta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA Sucursal Brasil, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$54.625, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de dezembro de 2011, há um saldo de R\$343 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (g) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas à controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA Sucursal Brasil, controladora indireta da EcoRodovias, prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico à Ecovia Caminho do Mar e à Ecopistas. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia, a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$17.658, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de dezembro de 2011, há um saldo de R\$14.429 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (h) A C.R Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à EcoRodovias, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecopistas e a C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A. é de R\$7.517. O término do contrato foi em fevereiro de 2010 e há um saldo de R\$286 a incorrer com ele. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

## 20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

|  | Controladora<br>(BR GAAP) |              | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |               |
|--|---------------------------|--------------|---------------------------------|---------------|
|  | 31/12/2011                | 31/12/2010   | 31/12/2011                      | 31/12/2010    |
| Salários e outras obrigações a pagar                       | 1.858                     | 1.435        | 4.874                           | 4.192         |
| Instituto Nacional do Seguro Social -<br>INSS a recolher   | 452                       | 363          | 1.246                           | 1.392         |
| Fundo de Garantia do Tempo de<br>Serviço - FGTS a recolher | 174                       | 142          | 441                             | 391           |
| IRRF a recolher  | 351                       | 290          | 673                             | 601           |
| Contribuição Sindical a recolher                           | -                         | -            | 8                               | 6             |
| Provisão de férias   | 1.978                     | 1.660        | 4.957                           | 4.174         |
| Encargos sobre provisões de férias                         | <u>963</u>                | <u>620</u>   | <u>2.044</u>                    | <u>1.558</u>  |
|  | <u>5.776</u>              | <u>4.510</u> | <u>14.243</u>                   | <u>12.314</u> |

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

## 21. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

|                | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|----------------|-------------------|-------------------|
| Parcelas:      |                   |                   |
| Fixas          | 68.646            | 72.050            |
| Variáveis      | <u>3.535</u>      | <u>2.587</u>      |
|                | <u>72.181</u>     | <u>74.637</u>     |
| Circulante     | <u>17.082</u>     | <u>15.205</u>     |
| Não circulante | <u>55.099</u>     | <u>59.432</u>     |

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2011, restam 76 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 68,33% do total (62,92% em 31 de dezembro de 2010).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo é subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2011, todas as parcelas haviam sido quitadas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

|                    | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| 2012               | -                 | 11.552            |
| 2013               | 12.477            | 10.842            |
| 2014               | 11.394            | 9.901             |
| 2015               | 10.406            | 9.042             |
| Posteriores a 2016 | <u>20.822</u>     | <u>18.095</u>     |
|                    | <u>55.099</u>     | <u>59.432</u>     |

O Poder Concedente elaborou e a controlada direta Ecovias concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA; no entanto, as demais correções utilizadas pela Concessão serão mantidas pelo IGP-M. Se verificado o desequilíbrio econômico da Concessão, poderá haver o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação ainda deve ser aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes.

## 22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores registrados como provisão para manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

|   | <u>31/12/2010</u> | <u>Adição</u> | <u>Baixa</u>    | <u>Efeito financeiro</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---|-------------------|---------------|-----------------|--------------------------|-------------------|
| Constituição da provisão para manutenção      | 177.273           | 64.828        | -               | -                        | 242.101           |
| Efeito do valor presente sobre a constituição | (34.377)          | -             | -               | (9.589)                  | (43.966)          |
| Realização da manutenção                      | (92.944)          | -             | (45.499)        | -                        | (138.443)         |
| Ajuste a valor presente - realizações         | <u>17.058</u>     | <u>-</u>      | <u>-</u>        | <u>6.667</u>             | <u>23.725</u>     |
|   | <u>67.010</u>     | <u>64.828</u> | <u>(45.499)</u> | <u>(2.922)</u>           | <u>83.417</u>     |
| Circulante                                    | <u>12.838</u>     |               |                 |                          | <u>24.854</u>     |
| Não circulante                                | <u>54.172</u>     |               |                 |                          | <u>58.563</u>     |

## 23. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

|   | <u>31/12/2010</u> | <u>Baixa</u> | <u>Efeito financeiro</u> | <u>31/12/2011</u> |
|---|-------------------|--------------|--------------------------|-------------------|
| Constituição da provisão para obras futuras   | 21.078            | -            | -                        | 21.078            |
| Efeito do valor presente sobre a constituição | (10.011)          | -            | -                        | (10.011)          |
| Realização da construção                      | -                 | -            | (4.238)                  | (4.238)           |
| Ajuste a valor presente - realizações         | <u>5.962</u>      | <u>1.665</u> | <u>-</u>                 | <u>7.627</u>      |
|   | <u>17.029</u>     | <u>1.665</u> | <u>(4.238)</u>           | <u>14.456</u>     |
| Circulante                                    | <u>10.143</u>     |              |                          | <u>12.527</u>     |
| Não circulante                                | <u>6.886</u>      |              |                          | <u>1.929</u>      |

#### 24. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e o saldo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2011 são como segue:

| <u>Natureza</u> | <u>31/12/2009</u> | <u>Cisão Ecocataratas</u> | <u>Adições</u> | <u>Pagamentos</u> | <u>Atualização monetária</u> | <u>31/12/2010</u> |
|-----------------|-------------------|---------------------------|----------------|-------------------|------------------------------|-------------------|
| Cível (a)       | 12.401            | (1.924)                   | 5.039          | (1.600)           | 1.485                        | 15.401            |
| Tributária (b)  | 1.339             | (821)                     | 503            | (540)             | 44                           | 525               |
| Trabalhista (c) | <u>8.057</u>      | <u>(1.832)</u>            | <u>2.839</u>   | <u>(1.978)</u>    | <u>943</u>                   | <u>8.029</u>      |
|                 | <u>21.797</u>     | <u>(4.577)</u>            | <u>8.381</u>   | <u>(4.118)</u>    | <u>2.472</u>                 | <u>23.955</u>     |

  

| <u>Natureza</u> | <u>31/12/2010</u> | <u>Adições</u> | <u>Pagamentos</u> | <u>Atualização monetária</u> | <u>31/12/2011</u> |
|-----------------|-------------------|----------------|-------------------|------------------------------|-------------------|
| Cível (a)       | 15.401            | 4.286          | (7.063)           | 3.924                        | 16.548            |
| Tributária (b)  | 525               | 1.380          | (221)             | 86                           | 1.770             |
| Trabalhista (c) | <u>8.029</u>      | <u>4.156</u>   | <u>(5.567)</u>    | <u>1.774</u>                 | <u>8.392</u>      |
|                 | <u>23.955</u>     | <u>9.822</u>   | <u>(12.851)</u>   | <u>5.784</u>                 | <u>26.710</u>     |

##### (a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outras perdas de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2011, R\$9.542 (R\$6.614 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Uma das principais demandas refere-se a processo administrativo fiscal da controlada direta Ecovias dos Imigrantes decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2010, restando o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias dos Imigrantes, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.457, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2011, também existem outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$12.944 (R\$17.320 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2011, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$7.453 (R\$8.375 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

## 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social é de R\$391.283 (R\$391.283 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 391.283 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de R\$438.465 para R\$454.206, mediante a emissão de 15.741.620 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, consistentes em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecopistas detidas pela Companhia, com tudo o que estas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de R\$454.206 para R\$477.792, mediante a emissão de 23.585.575 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, consistentes em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecopistas detidas pela Companhia, com tudo o que estas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

## b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

## c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

## d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Ordinária dentro dos primeiros quatro meses do ano 2012 para, entre outras coisas, deliberar sobre a distribuição da reserva de lucros na forma de dividendos.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no exercício, no montante de R\$24.463 (R\$3.669 de IRRF), os quais foram contabilizados como despesas financeiras para fins fiscais e estão demonstrados como distribuição de dividendos para fins contábeis, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

O cálculo dos dividendos é como segue:

|  | <u>31/12/2011</u> |
|--|-------------------|
| Prejuízos acumulados   | -                 |
| Lucro líquido do exercício   | 369.033           |
| Reserva legal (5%)   | <u>(18.452)</u>   |
| Base de cálculo dos dividendos   | <u>350.581</u>    |
| Proposta da Administração:   |                   |
| Juros sobre o capital próprio  | 24.463            |
| IRRF   | 3.669             |
| Dividendos propostos   | <u>63.182</u>     |
| Dividendos mínimos obrigatórios - 25%                                  | <u>91.314</u>     |
| Dividendos adicionais propostos - classificados como reserva de lucros | <u>259.267</u>    |

## e) Participações de acionistas não controladores

|                                      | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldos no início do exercício        | 6.664             | -                 |
| Incorporação de controladas          | -                 | 2.920             |
| Juros sobre o capital próprio        | (8.171)           | -                 |
| Participação nos lucros do exercício | <u>4.549</u>      | <u>3.744</u>      |
| Saldos no fim do exercício           | <u>3.042</u>      | <u>6.664</u>      |

## f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia, por meio de suas controladas diretas, concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo “Black-Scholes” para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$111.

## 26. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias dos Imigrantes

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A controlada direta Ecovias iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a controlada iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$32.455 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 31 de dezembro de 2011, o valor total compensado foi de R\$241.659 (R\$200.368 em 31 de dezembro de 2010).



## 27. RECEITA LÍQUIDA

|  | Controladora<br>(BR GAAP) |                   | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                   |
|--|---------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
|  | <u>31/12/2011</u>         | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2011</u>               | <u>31/12/2010</u> |
| Receita com arrecadação de pedágio:                    |                           |                   |                                 |                   |
| Pedágio em numerário                                   | -                         | -                 | 538.242                         | 632.349           |
| Pedágio por equipamento eletrônico (a)                 | -                         | -                 | 529.456                         | 455.186           |
| Vale-pedágio e pedágio em cupons                       | -                         | -                 | 121.616                         | 126.523           |
| Outras   | -                         | -                 | <u>1.075</u>                    | <u>2.732</u>      |
|  | -                         | -                 | 1.190.389                       | 1.216.790         |
| Receita de construção                                  | -                         | -                 | 192.998                         | 174.249           |
| Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c) | <u>119.284</u>            | <u>104.853</u>    | <u>76.275</u>                   | <u>52.450</u>     |
| Receita bruta  | 119.284                   | 104.853           | 1.459.662                       | 1.443.489         |
| Deduções de receita                                    | (15.502)                  | (12.515)          | (86.956)                        | (89.002)          |
| Receita líquida  | <u>103.782</u>            | <u>92.338</u>     | <u>1.372.706</u>                | <u>1.354.487</u>  |

(a) Refere-se às receitas de prestação de serviços da parte relacionada Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP relativas a taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

## 28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

|                              | Controladora<br>(BR GAAP) |                   |
|------------------------------|---------------------------|-------------------|
|                              | <u>31/12/2011</u>         | <u>31/12/2010</u> |
| Pessoal                      | 32.858                    | 25.829            |
| Conservação e manutenção     | 2.071                     | 1.138             |
| Serviços de terceiros        | 6.670                     | 6.120             |
| Depreciação e amortização    | 5.391                     | 27.381            |
| Locação e aluguéis           | 1.709                     | 1.560             |
| Outros                       | <u>3.805</u>              | <u>3.921</u>      |
|                              | <u>52.504</u>             | <u>65.949</u>     |
| Classificados como-          |                           |                   |
| Custo dos serviços prestados | <u>52.504</u>             | <u>65.949</u>     |

|                                   | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                   |
|-----------------------------------|---------------------------------|-------------------|
|                                   | <u>31/12/2011</u>               | <u>31/12/2010</u> |
| Pessoal                           | 96.883                          | 97.941            |
| Conservação e manutenção          | 49.468                          | 63.350            |
| Serviços de terceiros (*)         | 49.809                          | 54.206            |
| Seguro                            | 8.555                           | 11.296            |
| Poder Concedente                  | 45.644                          | 37.291            |
| Provisão para manutenção          | 55.356                          | 43.575            |
| Custos com construção             | 192.998                         | 174.249           |
| Depreciação e amortização         | 106.734                         | 123.731           |
| Locação                           | 8.359                           | 9.780             |
| Outros                            | <u>33.559</u>                   | <u>39.388</u>     |
|                                   | <u>647.365</u>                  | <u>654.807</u>    |
| Classificados como:               |                                 |                   |
| Custo dos serviços prestados      | 592.648                         | 581.708           |
| Despesas gerais e administrativas | <u>54.717</u>                   | <u>73.099</u>     |
|                                   | <u>647.365</u>                  | <u>654.807</u>    |

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

## 29. RESULTADO FINANCEIRO

|  | Controladora<br>(BR GAAP) |                   | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                   |
|--|---------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
|  | <u>31/12/2011</u>         | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2011</u>               | <u>31/12/2010</u> |
| Receitas financeiras:  |                           |                   |                                 |                   |
| Receita de aplicações financeiras  | 20.885                    | 10.923            | 52.053                          | 24.217            |
| Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos  | 338                       | 44                | 3.902                           | 525               |
| Outras   | <u>27.376</u>             | <u>1.680</u>      | <u>12.277</u>                   | <u>89</u>         |
|  | <u>48.599</u>             | <u>12.647</u>     | <u>68.232</u>                   | <u>24.831</u>     |
| Despesas financeiras:  |                           |                   |                                 |                   |
| Juros sobre debêntures   | (64.392)                  | (64.131)          | (135.285)                       | (111.590)         |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos   | -                         | -                 | (24.514)                        | (55.393)          |
| Variação monetária sobre debêntures  | (9.802)                   | (8.077)           | (49.918)                        | (46.276)          |
| Variação monetária sobre direito de outorga  | -                         | -                 | (9.548)                         | (29.773)          |
| Amortização de custos com emissão de debêntures  | (2.134)                   | (2.195)           | (4.419)                         | (3.559)           |
| Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão | -                         | -                 | (8.333)                         | (17.108)          |
| Outras   | <u>(61)</u>               | <u>(1.516)</u>    | <u>(5.761)</u>                  | <u>(10.143)</u>   |
|  | <u>(76.389)</u>           | <u>(75.919)</u>   | <u>(237.778)</u>                | <u>(273.842)</u>  |
| Resultado financeiro, líquido  | <u>(27.790)</u>           | <u>(63.272)</u>   | <u>(169.546)</u>                | <u>(249.011)</u>  |

## 30. LUCRO POR AÇÃO

|   | Controladora (BR GAAP) e<br>Consolidado (IFRS e BR GAAP) |                   |
|---|--|-------------------|
|   | <u>31/12/2011</u>  | <u>31/12/2010</u> |
| Lucro básico por ação das operações continuadas | <u>0,94</u>  | <u>0,74</u>       |

## a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

|   | Controladora (BR GAAP) e<br>Consolidado (IFRS e BR GAAP) |                   |
|---|--|-------------------|
|   | <u>31/12/2011</u>  | <u>31/12/2010</u> |
| Lucro do exercício atribuível aos proprietários da<br>Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por<br>ação | <u>369.033</u>   | <u>288.948</u>    |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins<br>de cálculo do lucro básico por ação                     | <u>391.369</u>   | <u>388.106</u>    |

## b) Lucro básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

## 31. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a PLR foi de R\$3.141 (R\$1.624 em 31 de dezembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

32. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS  
- CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e debêntures, detalhados nas notas explicativas nº 16 e nº 17, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações de acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 25).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

#### Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

#### Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,72% do CDI, e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro: são classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

|  | Controladora<br>(BR GAAP) |                   | Consolidado<br>(IFRS e BR GAAP) |                   |
|--|---------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
|  | <u>31/12/2011</u>         | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2011</u>               | <u>31/12/2010</u> |
| Dívida (a)   | 440.128                   | 618.258           | 1.448.292                       | 1.517.241         |
| Caixa e saldos de bancos (incluindo<br>caixa e saldos em grupo de ativos<br>mantidos para venda) | (268.131)                 | (183.812)         | (431.943)                       | (252.866)         |
| Dívida líquida   | <u>171.997</u>            | <u>434.446</u>    | <u>1.016.349</u>                | <u>1.264.375</u>  |
| Patrimônio líquido (b)   | <u>857.341</u>            | <u>579.511</u>    | <u>860.383</u>                  | <u>586.175</u>    |
| Índice de endividamento líquido  | <u>0,20</u>               | <u>0,75</u>       | <u>1,18</u>                     | <u>2,16</u>       |

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

|  | <u>Classificação</u>        | <u>Saldo contábil</u> | <u>Mercado</u> |
|--|-----------------------------|-----------------------|----------------|
| Ativos:  |                             |                       |                |
| Caixa e equivalentes de caixa                              | Empréstimos e recebíveis    | 26.354                | 26.354         |
| Clientes (a)   | Empréstimos e recebíveis    | 66.325                | 66.325         |
| Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b) | Empréstimos e recebíveis    | 472.896               | 472.896        |
| Passivos:  |                             |                       |                |
| Fornecedores (a)   | Outros passivos financeiros | 32.184                | 32.184         |
| Empréstimos e financiamentos (c)                           | Outros passivos financeiros | 258.887               | 257.179        |
| Arrendamento mercantil financeiro                          | Outros passivos financeiros | 1.090                 | 1.090          |
| Debêntures (d)   | Outros passivos financeiros | 1.188.314             | 1.196.038      |
| Credor pela concessão (e)                                  | Outros passivos financeiros | 72.181                | 89.945         |

(a) O saldo de clientes e fornecedores possui prazo de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo no fim de cada exercício.

(c) Calculado por meio do fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer.

- (d) Calculado por meio das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme o preço unitário - PU, atualizado em 31 de dezembro de 2011.
- (e) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Credor pela concessão”.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$58.360 (R\$44.481 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

| <u>Modalidade</u>                 | Taxa de juros (média ponderada) efetiva - | <u>2012</u> | <u>2013</u> | <u>2014</u> | 2015 em <u>diante</u> |
|-----------------------------------|---|-------------|-------------|-------------|-----------------------|
|                                   | <u>% a.a.</u>                             |             |             |             |                       |
| BNDES                             | TJLP + 2,45% a.a.                         | 10.492      | 9.303       | 9.303       | 67.666                |
| Capital de giro                   | 108,99% do CDI                            | 122.556     | -           | -           | -                     |
| Capital de giro                   | TJLP + 2,45% a.a.                         | 13.358      | 12.971      | 13.238      | -                     |
| Arrendamento mercantil financeiro | 16,71% a.a.                               | 900         | 190         | -           | -                     |
| Credor pela concessão             | IGP-M                                     | 16.233      | 12.477      | 11.394      | 31.228                |
| Debêntures                        | IGP-M + 9,5% a.a.                         | 117.748     | 125.625     | 92.493      | -                     |
| Debêntures                        | IPCA + 8,75% a.a.                         | 248.260     | 178.403     | 86.955      | 338.830               |
| Debêntures                        | IPCA + 8,75% a.a.                         | 191.589     | 143.765     | 52.317      | 52.457                |

d) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações. A Companhia está constantemente monitorando mudanças nos cenários político e setorial que possam influenciar suas atividades, por meio de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Análise de sensibilidade

*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

| <u>Operação</u>                                     | <u>Risco</u>  | <u>Juros a incorrer</u>     |                         |                          |
|---|---------------|-----------------------------|-------------------------|--------------------------|
|   |               | <u>Cenário I - provável</u> | <u>Cenário II - 25%</u> | <u>Cenário III - 50%</u> |
| Juros sobre a 1ª série das debêntures               | Alta do CDI   | 13.157                      | 15.524                  | 17.862                   |
| Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures         | Alta do IGP-M | 51.139                      | 55.851                  | 60.560                   |
| Juros sobre a 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures     | Alta do IPCA  | 95.148                      | 109.407                 | 123.566                  |
| Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures | Alta do IPCA  | 328.555                     | 355.984                 | 396.522                  |
| Empréstimos e financiamentos                        | Alta do CDI   | 10.840                      | 13.056                  | 15.263                   |
| Empréstimos e financiamentos                        | Alta da TJLP  | 9.623                       | 12.029                  | 14.434                   |

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2011 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

| <u>Indicadores</u> | <u>Cenário I -<br/>provável</u> | <u>Cenário II -<br/>25%</u> | <u>Cenário III -<br/>50%</u> |
|--------------------|---------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| CDI (a)            | 11,60%                          | 14,50%                      | 17,40%                       |
| IGP-M (b)          | 5,10%                           | 6,38%                       | 7,65%                        |
| IPCA (c)           | 6,50%                           | 8,13%                       | 9,75%                        |

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2011.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M em 31 de dezembro de 2011.

(c) Refere-se à taxa do IPCA em 31 de dezembro de 2011.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

### 33. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

| <u>Modalidade</u>                           | <u>Cobertura</u> |
|---|------------------|
| Seguro-garantia                             | R\$529 milhões   |
| Empilhadeiras e equipamentos                | R\$1,7 milhões   |
| “All Risk” - responsabilidade civil         | R\$1.227 milhões |
| “All Risk” - patrimoniais e danos materiais | R\$4.805 milhões |
| Seguro - sede                               | R\$5 milhões     |
| “All Risk” - perda de receita               | R\$1.083 milhões |
| Veículos                                    | Tabela FIPE      |
| “All Risk” - risco de engenharia            | R\$123 milhões   |



## 34. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
  - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
  - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
  - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
  - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

|                       | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Receita de construção | 23.632            | 22.195            |
| Custos de construção  | <u>(23.632)</u>   | <u>(22.195)</u>   |
|                       | =====             | =====             |

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia Caminho do Mar não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

#### a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

#### b) Pagamento de

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

|                       | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Receita de construção | 73.343            | 44.561            |
| Custos de construção  | <u>(73.343)</u>   | <u>(44.561)</u>   |
|                       | =                 | =                 |

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias dos Imigrantes estão estimados em R\$450.163 (R\$517.075 em 31 de dezembro de 2010).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes.

#### Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.

- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante a ser pago em 18 parcelas mensais.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

|                       | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Receita de construção | 64.478            | 89.057            |
| Custos de construção  | (64.478)          | (89.057)          |
|                       | =====             | =====             |

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$329.633 (R\$387.702 em 31 de dezembro de 2010).

#### Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

| <u>Rodovia</u> | <u>Trecho</u>                | <u>Extensão (km)</u> |
|----------------|------------------------------|----------------------|
| BR-116         | Pelotas/Camaquã              | 123,4                |
| BR-116         | Pelotas/Jaguarão             | 137,1                |
| BR-293         | Pelotas/Bagé                 | 161,1                |
| BR-392         | Pelotas/Rio Grande           | 73,8                 |
| BR-392         | Pelotas/Santana da Boa Vista | 128,4                |

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

|                       | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Receita de construção | 31.546            | 17.958            |
| Custos de construção  | (31.546)          | (17.958)          |
|                       | <u>      -</u>    | <u>      -</u>    |

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$70.475 (R\$103.569 em 31 de dezembro de 2010).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

### 35. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$355 (R\$737 em 31 de dezembro de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

### 36. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DA CONTROLADA ECOVIA CAMINHO DO MAR

A controlada direta Ecovia Caminho do Mar faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021). A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das

ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior, ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminares, a maioria já confirmada em todas as instâncias, parte por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de duas leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Em ambos os casos, as decisões judiciais nas ações que discutiram a validade de tais leis foram favoráveis às concessionárias, inclusive com trânsito em julgado no mandado de segurança impetrado em razão da lei que pretendia isenção tarifária aos veículos emplacados nos municípios das praças de pedágio. A Ecovia Caminho do Mar busca, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma dessas concessionárias, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela anterior Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

### 37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de suas controladas.

### 38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e de suas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2012.



## **Declaração dos diretores**

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

**Marcelino Rafart de Seras**

Diretor Presidente

**Federico Botto**

Diretor Vice-Presidente Executivo

**Marcello Guidotti**

Diretor de Finanças

**Roberto Koiti Nakagome**

Diretor de Relações com Investidores

**Dario Rais Lopes**

Diretor de Desenvolvimento de Negócios



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

### Senhores Acionistas

A Administração da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

### Mensagem da Administração

Em 2011, registramos a passagem de mais de 174,6 milhões de veículos equivalentes pagantes. Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

Em 2011, a EcoRodovias agiu de maneira eficiente, com a implementação de melhorias em suas operações, priorizando o controle de seus custos e a adequada gestão de seu caixa, garantindo assim o seu compromisso na manutenção dos seus indicadores de desempenho operacionais e econômico-financeiros, dentro do atual cenário econômico global.

Conscientes da vocação do grupo para a prestação de serviços e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a EcoRodovias entra no ano de 2012 com eficiência econômico-financeira, geração de caixa consistente, comprometida com o crescimento sustentável e no retorno aos seus acionistas.

### ESTRUTURA SOCIETÁRIA



### PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. Estas práticas são apresentadas na nota nº 2 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

## PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia é a sub-holding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias (Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar e Ecosul), além da prestação de serviços administrativos, de engenharia e tecnologia de informação para as empresas do Grupo EcoRodovias.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar e Ecosul administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiro, detendo concessões com extensão total de 1.072,2 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e também no Rio Grande do Sul, por onde passaram mais de 174,6 milhões de veículos equivalentes em 2011.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

### Concessões Rodoviárias - Tráfego

O tráfego consolidado atingiu a marca de 174,6 milhões de veículos equivalentes pagantes em 2011.

## RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em relação à Ecocataratas, por processo de cisão ocorrido em dezembro de 2010, essa concessionária não figura mais como controlada da Companhia, sendo assim os resultados de 2010 refletem a consolidação do período de 11 meses para essa concessionária.

## RECEITA BRUTA

A Receita Bruta consolidada atingiu R\$ 1.459,7 milhões em 2011.

| Receita Bruta<br>(em milhões de R\$) | 2011           | 2010           | Var.        |
|--------------------------------------|----------------|----------------|-------------|
| Receita de pedágio                   | 1.190,4        | 1.216,8        | -2,2%       |
| Receita de construção                | 193,0          | 174,2          | 10,8%       |
| Receita serviços                     | 30,6           | 4,8            | n.m.        |
| Receita acessória                    | 45,7           | 47,7           | -4,2%       |
| <b>Total</b>                         | <b>1.459,7</b> | <b>1.443,5</b> | <b>1,1%</b> |

### Concessões Rodoviárias

- **Receita de Pedágio:** em 2011 a receita com arrecadação de pedágio atingiu R\$1.190,4 milhões. A redução da receita de pedágio ocorreu por a Ecocataratas não figurar mais como controlada da Companhia no ano de 2011. A receita com arrecadação de pedágios representou 81,6% da receita bruta consolidada da companhia.

- **Receitas Acessórias:** estas receitas acessórias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões.

- **Receita de Construção:** conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 193,0 milhões, foram consideradas como receita de construção a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

## RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida consolidada atingiu R\$ 1.372,7 milhões em 2011, sendo que as deduções sobre a receita bruta atingiram R\$ 87,0 milhões em 2011.

## CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2011, os custos e despesas consolidados atingiram R\$ 647,4 milhões, representando 47,2% da receita líquida. Segue abaixo tabela demonstrando a composição dos custos operacionais e despesas administrativas para 2011 e 2010.

| <b>Custos operacionais e despesas administrativas</b> |              |              |              |
|---|--------------|--------------|--------------|
| ( em milhõesde R\$)                                   | <b>2011</b>  | <b>2010</b>  | <b>Var.</b>  |
| Pessoal   | 96,9         | 97,9         | -1,0%        |
| Conservação e manutenção                              | 49,5         | 63,4         | -21,9%       |
| Serviços de terceiros                                 | 49,8         | 54,2         | -8,1%        |
| Poder concedente,seguros e locações                   | 62,6         | 58,4         | 7,2%         |
| Depreciação e amortização                             | 106,7        | 123,7        | -13,7%       |
| Provisão para Manutenção                              | 55,4         | 43,6         | 27,1%        |
| Custo com construção de obras                         | 193,0        | 174,2        | 10,8%        |
| Outros  | 33,5         | 39,4         | -15,0%       |
| <b>TOTAL</b>  | <b>647,4</b> | <b>654,8</b> | <b>-1,1%</b> |

## EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 887,5 milhões, um crescimento de 2,4% em relação aos R\$ 867,0 milhões obtidos em 2010. A Margem EBITDA Ajustada foi de 75,2%, apresentando um crescimento de 1,7 ponto percentual

**Considerando os efeitos da aplicação do IFRS em 2011**, o EBITDA totalizou R\$ 832,1 milhões, um crescimento de 1,1% em relação aos R\$ 823,4 milhões obtidos em 2010.

**A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS** atingiu 60,6% em 2011, uma redução de 0,2 ponto percentual em relação 2010.

| <b>EBTIDA Ajustado sem IFRS</b> |              |              |                |
|---------------------------------|--------------|--------------|----------------|
| (em milhares de R\$)            | <b>2011</b>  | <b>2010</b>  | <b>Var.</b>    |
| EBITDA IFRS                     | 832,1        | 823,4        | 1,1%           |
| Receita de construção           | (193,0)      | (174,2)      | 10,8%          |
| Custos de construção            | 193,0        | 174,2        | 10,8%          |
| Provisão para manutenção        | 55,4         | 43,6         | 27,1%          |
| EBITDA Ajustada                 | <b>887,5</b> | <b>867,0</b> | 2,4%           |
| <b>Margem EBITDA Ajustada</b>   | <b>75,2%</b> | <b>73,5%</b> | <b>1,7 p.p</b> |

| <b>EBTIDA IFRS</b>                     |              |              |                 |
|--|--------------|--------------|-----------------|
| <b>(em milhares de R\$)</b>            | <b>2011</b>  | <b>2010</b>  | <b>Var.</b>     |
| Lucro líquido                          | 373,6        | 292,7        | 27,6%           |
| Depreciação e amortização              | 106,7        | 123,7        | -13,7%          |
| Resultado financeiro                   | 169,6        | 249,0        | -31,9%          |
| Imposto de renda e contribuição social | 181,9        | 158,5        | 14,8%           |
| Outras despesas/receitas líquidas      | 0,3          | (0,5)        | n.m             |
| <b>EBTIDA</b>                          | <b>832,1</b> | <b>823,4</b> | <b>1,1%</b>     |
| <b>Margem EBITDA</b>                   | <b>60,6%</b> | <b>60,9%</b> | <b>-0,2 p.p</b> |

## RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2011 representou uma despesa de R\$ 169,6 milhões. As principais variações são relativas aos juros sobre debêntures e financiamentos.

## LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2011, o lucro líquido atingiu R\$ 373,6 milhões representando margem líquida de 27,2%.

## DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A Companhia encerrou dezembro de 2011 com saldo de caixa e equivalentes a caixa e títulos e valores mobiliários (sendo essas últimas aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures) no valor total de R\$ 431,9 milhões. A dívida bruta da Companhia nessa mesma data atingiu o valor de R\$ 1.448,3 milhões.

A composição da dívida bruta e dívida líquida está apresentada abaixo:

| <b>Endividamento</b><br><b>(em milhares de R\$)</b> | <b>31/12/2011</b> | <b>31/12/2010</b> | <b>Var.</b>   | <b>Taxas Atuais</b>            | <b>Vencimento</b> |
|---|-------------------|-------------------|---------------|--------------------------------|-------------------|
| Debêntures- Ecorodovias Concessões e Serviços       | 440,1             | 618,3             | -28,8%        | 100,0% CDI+1,5% a.a /8,75% a.a | nov/2015          |
| Debêntures- Ecovias                                 | 335,9             | 441,5             | -23,9%        | 104,0% CDI/ 9,5% a.a           | nov/2014          |
| Debêntures-Ecopistas                                | 412,3             | -                 | -             | IPCA+8,25%                     | jan-23            |
| Notas Promissórias Ecopistas                        | -                 | 373,3             | -             | CDI+3,25% a.a                  | jun-10            |
| BNDES -Ecopistas                                    | 96,8              | -                 | -             | taxa TJLP+2,45% a.a            | nov-21            |
| CCB- Ecovia   | 6,1               | 11,7              | -47,9%        | 107,7% CDI                     | maio/2012         |
| CCB- Ecovia   | 35,5              | 35,4              | 0,3%          | 110,20% CDI                    | nov/2012          |
| CCB- Ecovia   | 44,5              | -                 | -             | 109% do CDI                    | nov/2012          |
| Leasing- Ecocataratas                               | -                 | 0,4               | -             | 1,21% a.m                      | mar/2013          |
| CBB- Ecosul   | 39,6              | 35,3              | 12,2%         | CDI+2,032% a.a                 | out/2014          |
| Leasing- Ecovias                                    | 0,2               | 0,4               | -50,0%        | 1,45% a.m                      | set/2012          |
| CCB-Ecosul  | 36,4              | -                 | -             | 109% do CDI                    | nov/2012          |
| Leasing- Ecovias                                    | 0,6               | 0,9               | -33,3%        | 1,34% a.m                      | dez/2012          |
| Leasing- Ecovias                                    | 0,3               | 0,5               | -40,0%        | 1,20% a.m                      | mar/2013          |
| <b>Dívida Total</b>                                 | <b>1.448,3</b>    | <b>1.517,7</b>    | <b>-4,6%</b>  |                                |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa                       | 431,9             | 252,9             | 70,8%         |                                |                   |
| <b>Dívida Líquida</b>                               | <b>1.016,4</b>    | <b>1.264,8</b>    | <b>-19,6%</b> |                                |                   |

## INVESTIMENTOS

Os investimentos consolidados realizados na Companhia, em 2011 somaram de R\$ 221,1 milhões, e estão assim divididos:

| CAPEX (em milhões de R\$)     | 2011                       |                        |              | 2010                       |                        |              |
|-------------------------------|----------------------------|------------------------|--------------|----------------------------|------------------------|--------------|
|                               | Intangível/<br>Imobilizado | Custo de<br>Manutenção | Total        | Intangível/<br>Imobilizado | Custo de<br>Manutenção | Total        |
| <b>Concessões Rodoviárias</b> |                            |                        |              |                            |                        |              |
| Ecovias dos Imigrantes        | 75,2                       | 41,2                   | 116,4        | 52,2                       | 41,2                   | 93,4         |
| Ecopistas                     | 67,4                       | -                      | 67,4         | 107,3                      | -                      | 107,3        |
| Ecovia Caminho do Mar         | 28,3                       | -                      | 28,3         | 25,8                       | 9,3                    | 35,1         |
| Ecocataratas                  | -                          | -                      | -            | 3,8                        | 22,6                   | 26,4         |
| Ecosul - Rodovias do Sul      | 33,1                       | 4,3                    | 37,4         | 19,1                       | 4,3                    | 23,4         |
| EcoRodovias Conc. e Serviços  | 17,1                       | -                      | 17,1         | 7,2                        | -                      | 7,2          |
| <b>CONSOLIDADO</b>            | <b>221,1</b>               | <b>45,5</b>            | <b>266,6</b> | <b>215,4</b>               | <b>77,4</b>            | <b>292,8</b> |

## DIVIDENDOS

Para o exercício de 2011, a Companhia propôs o pagamento de dividendos complementares no montante total de R\$ 66,8 milhões e juros sobre capital próprio de R\$24,5 milhões, que somados aos juros sobre o capital próprio totalizam o mínimo obrigatório de R\$91,3 milhões, deste total o valor de R\$ 6,0 milhões foram pagos antecipadamente em 20 de abril de 2011, restando a pagar o montante de R\$ 85,3 milhões. Esta proposta está sujeita a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Grupo EcoRodovias se compromete, ao adotar as melhores práticas de governança corporativa, com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

## GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2011, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência da sua gestão de pessoas. Pela terceira vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Revista Exame/Você S.A, entre as 50 melhores empresas em IDHO – Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional e no Ranking das 100 Melhores Empresas para se Trabalhar pela Revista Época /Great Place to Work. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam ao bem estar dos colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Por meio de práticas e conceitos predefinidos na Política de Responsabilidade Social, aprovada pelo Conselho de Administração de sua controladora, a Companhia adota iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Dentre os programas de responsabilidade socioambiental do grupo, destaca-se o Ecoviver, programa que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar crianças e jovens das escolas públicas dos municípios no entorno das rodovias administradas pelo grupo a necessidade de se dar uma destinação correta aos resíduos. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 224 mil crianças em mais de 24 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Deloitte Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: Serviços de auditoria das

demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards (IFRS).

\*\*\*\*\*

*As informações no comentário de desempenho nos primeiros nove meses do ano sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.*